Demonstrações financeiras

União Norte Brasileira de Educação e Cultura - UNBEC

31 de dezembro de 2022 com relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



Setor Hoteleiro Sul - Quadra 06 Conjunto A - Bloco A 1° andar - sala 105 70316-000 - Brasilia - DF - Brasil

Tel: +55 61 2104-0100 ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e aos Associados da União Norte Brasileira de Educação e Cultura - UNBEC Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da União Norte Brasileira de Educação e Cultura - UNBEC ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da União Norte Brasileira de Educação Cultura - UNBEC em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades sem fins lucrativos – (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 27 de abril de 2022, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; e



 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 19 de abril de 2023.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. Ltda. CRC SP-015199/O

Alexandre Dias Fernandes Contador CRC DF-012460/O

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	96.428	77.968
Aplicação em títulos e ações	5	1.298	1.631
Créditos a receber	6	25.864	18.506
Adiantamentos diversos	7	7.124	3.722
Partes relacionadas	9	-	9.935
Outros créditos	8	567	873
Total do ativo circulante		131.281	112.635
Não circulante			
Propriedades para investimento	10	47.169	39.973
Imobilizado	11	242.056	204.264
Intangível	12	2.769	3.274
Total do ativo não circulante		291.994	247.511
Total do ativo		423.275	360.146

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Passivo	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	13	11.124	5.016
Salários e encargos sociais	14	8.932	7.578
Provisões de férias e encargos	15	9.572	8.727
Arrendamentos a pagar	16	3.039	2.486
Tributos e encargos a recolher	17	1.177	930
Adiantamentos de mensalidades	19	20.744	15.722
Partes relacionadas	9	970	-
Receita diferida	20	224	113
Outras contas a pagar	18	400	348
Total do passivo circulante	-	56.182	40.920
Não circulante			
Fornecedores	13	3.050	-
Arrendamentos a pagar	16	8.577	9.638
Tributos e encargos a recolher	17	2.682	3.257
Provisões para demandas judiciais	21	1.237	2.752
Total do passivo não circulante	- -	15.546	15.647
Total do passivo	-	71.728	56.567
Patrimônio líquido	22		
Patrimônio social		303.579	273.384
Superávit do exercício		47.968	30.195
Total do patrimônio líquido	-	351.547	303.579
Total do passivo e do patrimônio líquido		423.275	360.146

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2022	2021
Receita operacional líquida Custos dos serviços prestados	23 24	283.292 (172.491)	238.138 (148.781)
Resultado bruto	<u></u>	110.801	89.357
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	25	(67.235)	(52.236)
Outras despesas operacionais, líquidas	26	(6.449)	(10.281)
Resultado antes do resultado financeiro	-	37.117	26.840
Receitas financeiras	27	15.225	9.254
Despesas financeiras	27	(4.374)	(5.899)
Resultado financeiro líquido	-	10.851	3.355
Isenções usufruídas			
Receitas isenções usufruídas	28	29.986	26.959
Despesas isenções usufruídas	28	(29.986)	(26.959)
		-	-
Superávit do exercício	- -	47.968	30.195

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	2022	2021
Superávit do exercício	47.968	30.195
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	47.968	30.195

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

He A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Patrimônio social	Superávit do exercício	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	260.113	13.271	273.384
ncorporação ao patrimônio social	13.271	(13.271)	1
Superávit do exercício	ı	30.195	30.195
Saldo em 31 de dezembro de 2021	273.384	30.195	303.579
ncorporação ao patrimônio social	30.195	(30.195)	•
Superávit do exercício	1	47.968	47.968
Saldo em 31 de dezembro de 2022	303.579	47.968	351.547

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxos das atividades operacionais		
Superávit do exercício	47.968	30.195
Ajustes de		
Provisões para demandas judiciais	(1.504)	801
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.595	(4.010)
Depreciação e amortização	13.268	11.739
Juros sobre passivo de arrendamentos	1.933	-
Baixa de clientes por perdas	2.453	(6.647)
Juros sobre mútuo e parcelamentos refis	304	-
Resultado na alienação do ativo imobilizado	1.573	-
Ganhos com ações e debêntures	333	
Resultado ajustado	68.923	32.078
Variações patrimoniais		
Créditos a receber	(12.406)	8.489
Adiantamento diversos	(3.402)	(153)
Outros créditos	306	(241)
Salários e encargos	1.354	477
Provisões de férias e encargos trabalhistas	845	(720)
Impostos e contribuições a recolher	(328)	(1.736)
Fornecedores	3.064	465
Adiantamentos de clientes	5.022	2.668
Outras contas a pagar	41	56
Receitas a apropriar	111	6
Pagamento de juros sobre empréstimo		(1.316)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	63.530	40.073
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(52.449)	(2.838)
Baixas de ativo imobilizado	(0=1110)	(372)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(52.449)	(3.210)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de empréstimos e financiamentos	_	(4.122)
Mútuo com partes relacionadas	10.601	(2.668)
Pagamento de arrendamentos	(3.222)	(1.042)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	7.379	(7.832)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	18.460	29.031
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	77.968	48.937
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	96.428	77.968
ouina o equitalicites de caina no inial do exercicio	30.720	11.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

St. A

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A União Norte Brasileira de Educação e Cultura - UNBEC ("Entidade" ou "UNBEC"), fundada em 27 de outubro de 1917, na cidade do Recife, estado de Pernambuco, com inscrição no CNPJ/MF sob o nº 10.847.382/0001-47, é uma associação de natureza confessional, beneficente, sem fins lucrativos de caráter educacional e cultural, constituída sob os ensinamentos pedagógicos e religiosos do carisma Marista, legados pelo Padre Marcelino José Bento Champagnat, sediada a Rua Jorge Tasso Neto, 318 - Apipucos, Recife – PE.

A UNBEC tem por finalidade criar, congregar, dirigir e manter instituições que visem à beneficência, a promoção humana, a educação, o ensino e a cultura.

Como Entidade de Educação sem Fins Lucrativos, a UNBEC aplica seus recursos nas atividades Educacionais (Bolsas de Estudo), direcionados a pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social nos Estados do Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Bahia e no Distrito Federal. Relacionamos a seguir a descrição de cada unidade:

Colégios

COLÉGIO MARISTA CHAMPAGNAT COLÉGIO MARISTA DE MACEIÓ COLÉGIO MARISTA DE NATAL COLÉGIO MARISTA DO ARAÇAGY

COLÉGIO MARISTA NOSSA SENHORA DE NAZARÉ

COLÉGIO MARISTA PATAMARES COLÉGIO MARISTA PIO X

COLÉGIO MARISTA SÃO LUÍS COLÉGIO MARISTA ÁGUAS CLARAS

Casa de eventos

ESPAÇO CHAMPAGNAT – ABREULÂNDIA ESPAÇO CHAMPAGNAT - BARRA DE SÃO MIGUEL

ESPAÇO CHAMPAGNAT – BENFICA ESPAÇO CHAMPAGNAT - BRAZLÂNDIA

ESPAÇO CHAMPAGNAT – EXTREMOZ

ESPAÇO CHAMPAGNAT - FONTAINHAS

ESPAÇO CHAMPAGNAT - ITAMARACÁ

ESPAÇO CHAMPAGNAT - LAGOA SECA

MARISTA ID - NATAL MARISTA ID - RECIFE

Comunidades

COMUNIDADE MARISTA DE ARACATI
COMUNIDADE MARISTA DE BELÉM
COMUNIDADE MARISTA DE IGUATU
COMUNIDADE MARISTA DE MACEIÓ
COMUNIDADE MARISTA DE NATAL
COMUNIDADE MARISTA DE SALVADOR
COMUNIDADE MARISTA DE SURUBIM
COMUNIDADE MARISTA DE TAGUATINGA
COMUNIDADE MARISTA DE TERESINA
COMUNIDADE MARISTA DO ARAÇAGY
COMUNIDADE MARISTA DO ARAÇAGY

COMUNIDADE MARISTA RECANTO NAZARÉ - APIPUCOS

Escolas sociais

COLÉGIO MARISTA PIO XII
COLÉGIO MARISTA DE ARACATI
ESCOLA MARISTA CHAMPAGNAT DE IGUATU
ESCOLA MARISTA SAGRADO CORAÇÃO
ESCOLA MARISTA CHAMPAGNAT DE TERESINA



Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.1 Imunidade tributária de impostos e contribuições sociais

A UNBEC é uma entidade beneficente de educação, sem fins lucrativos, imune à incidência de impostos sobre sua renda, patrimônio e serviços, por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C"; e às contribuições sociais, por força do artigo 195, § 7°; todos da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

A UNBEC possui CEBAS - Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social e cumpre os requisitos previstos no art. 3º da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, fazendo jus à imunidade de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal. Demais informações sobre imunidade tributária de impostos e contribuições estão descritas na Nota Explicativa 29.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), incluindo a Resolução CFC 1.409/12 que aprovou a ITG 2002(R1), para as entidades sem finalidade de lucro, observando-se os princípios da competência e da oportunidade.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da UNBEC no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requeiram maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, salvo quando a política mencionar de forma diversa.

A Administração da Entidade, no processo de elaboração de suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, revisou sua prática contábil para a apresentação das baixas por perdas efetivas em mensalidade, ora apresentada na nota de despesas financeiras (nota 27) e reclassificada para a nota de outras despesas operacionais, líquidas (nota 26). Como consequência, a linha outras despesas operacionais na demonstração de resultados, incluída como informação comparativa destas informações sofreu aumento, e na linha de despesas financeiras houve redução no valor de R\$ 6.647.

A aprovação destas demonstrações financeiras foi efetuada pela Assembleia Geral, em 19 de abril de 2023.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Entidade.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e outros investimentos de curto prazo, de alta liquidez, os quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

2.4 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Entidade são classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Entidade determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os rendimentos com aplicações financeiras da Entidade não estão sujeitos à incidência de tributos, devido ao fato de a Entidade gozar de imunidade de tributos federais.

2.5 Créditos a receber

Os créditos a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A Entidade mantém os créditos a receber com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as mensalidades são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.6 Provisão para crédito de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos a receber, considerando as perdas efetivas com base em dados históricos, posição de inadimplência (Nota 6) e as perspectivas de perda esperada.

f/4 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6 Provisão para crédito de liquidação duvidosa--Continuação

O aumento na base de clientes inadimplentes eleva o risco de crédito. Atualmente o Marista Centro-Norte seque os critérios de provisionamento abaixo:

<u>Faixas</u>	Percentual de provisão
Faixa 1 – vencidos acima de 720 dias	100%
Faixa 2 - vencidos entre 361 e 720 dias	92%
Faixa 3 – a vencer e vencidos até 360 dias	35%

As regras acima são utilizadas para o cálculo do valor da provisão sobre a carteira de recebíveis a partir do primeiro dia do vencimento do título em aberto e, foram definidas a partir da expectativa de perda esperada das mensalidades. Saldo vencidos há mais de 5 (cinco) anos (1.825 dias) são baixados por perda, sendo que as iniciativas de cobrança administrava permanecem sendo realizadas por escritório jurídico.

2.7 Imobilizado

Os bens do imobilizado são registrados pelo custo de aquisição, construção ou ao custo atribuído (valor justo) e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na nota 12.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado no período em que incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado através do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.8 Propriedades para Investimento

As propriedades para investimento são mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. A Entidade adota como prática manter suas propriedades para investimento ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e de eventual provisão de perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A taxa de depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos durante a vida útil estimada, conforme demonstrada na nota 11.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.9 Ativos intangíveis

a) Softwares

Refere-se aos gastos com a aquisição de softwares operacionais e com a implantação do Sistema de Gestão Empresarial - ERP GoldWay e do sistema acadêmico *Lyceum*.

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, calculada de acordo com o prazo remanescente de geração de benefícios econômicos futuros, bem como das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam ao critério de reconhecimento de ativos, são reconhecidos como despesa, no período que são incorridos.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

b) Carteira de Clientes

A combinação de negócios entre a Entidade e o Colégio Marista Águas Claras o resultou na identificação de uma carteira de alunos, registrada contabilmente como ativo intangível.

Esse ativo intangível foi reconhecido inicialmente a valor justo na data da aquisição, com vida útil definida e foi contabilizado pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

2.10 Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos com vida útil definida são revisados para verificação de possíveis reduções aos valores recuperáveis, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperado. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seu custo de alienação e o seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e dos riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Possíveis reversões de provisões constituídas são reconhecidas no resultado pela nova mensuração desde que não exceda o valor de custo do ativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.11 Arrendamentos

A Entidade avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Entidade aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Entidade reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativo de direito de uso

A Entidade reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente. A Entidade possui 3 (três) contratos de aluguel/arrendamento de imóveis com vigência de 3 a 10 anos, sendo que a depreciação é calculada com base nesses períodos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Entidade ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Entidade reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Entidade e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Entidade exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.11 Arrendamentos--Continuação

Passivos de arrendamento

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Entidade usa as suas taxas de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Entidade aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra).

Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.12 Contas a pagar

As contas a pagar são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.14 Provisões

i) <u>Geral</u>

Provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

St. A

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.14 Provisões--Continuação

i) Geral--Continuação

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

ii) Provisões para demandas judiciais

A Entidade é partes de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.15 Patrimônio social

O patrimônio social da Entidade é constituído de bens e direitos adquiridos ou recebidos em doação e resultados líquidos de suas atividades.

2.16 Receita de serviços

A Entidade reconhece a receita quando: o valor da receita pode ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Entidade, conforme descrição a seguir. A UNBEC baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço prestado.

A Entidade presta serviços voltados para atividades educacionais. Esses serviços são prestados com base em contrato de preço fixo.

A receita de contratos de prestação de serviços de educação é reconhecida no período em que os serviços são efetivamente prestados. Quando o recebimento ocorre antes do faturamento, é registrado o valor recebido como forma adiantamento, para posterior realização da receita, pela competência da prestação do serviço.

Sobre o valor das receitas, são deduzidos os montantes ofertados como bolsas e descontos, conforme definido por políticas interna, e por cumprimento da Lei Complementar nº 187/21.

Nas escolas sociais, onde não há cobrança de mensalidade para nenhum aluno matriculado, as receitas com bolsas de estudos são determinadas com base nos valores definidos em contratos, projetados em orçamento, para cobertura dos custos operacionais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.17 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Entidade são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, contas a pagar e empréstimos e financiamentos, e são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. A Entidade não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

i) Classificação

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: (i) mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado); ou (ii) mensurados ao custo amortizado. classificação depende do modelo de negócio da Entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem:

. Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que a Entidade decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e a Entidade considera essa classificação como sendo mais relevante;

i) Classificação--Continuação

Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Entidade é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

ii) Mensuração

No reconhecimento inicial, a Entidade mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua pela Administração. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras incluem:

- Provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros (Notas Explicativas nº 2.6 e 6);
- A vida útil e o cálculo das depreciações sobre as propriedades para investimento (Nota Explicativa nº 10);

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos-Continuação

- A vida útil e o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 11);
- Direito de uso e arrendamentos a pagar (Notas Explicativas nº 2.11 e 11);
- A vida útil e o cálculo das amortizações sobre o ativo intangível (Nota Explicativa nº 12);
- Incertezas relativas às premissas de provisões para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 21);
- Gratuidade com bolsas de estudos (Nota Explicativa nº 29).

Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	1.409	705
Aplicações financeiras (a)	95.019	77.263
	96.428	77.968

(a) Os rendimentos das aplicações financeiras da Entidade não estão sujeitos à incidência de tributos, devido ao fato de a Entidade gozar de imunidade de tributos federais.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, representando aproximadamente 70% do montante do fundo reserva, cuja rentabilidade destes investimentos está indexada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), podendo destacar os aportes em CDB e Fundo de renda fixa que juntos, entregaram retorno médio na ordem de 109,8% do CDI.

5. Aplicações em títulos e ações

31/12/2022	31/12/2021
136	136
1.162	1.495
1.298	1.631
	136 1.162

(a) Refere-se a aplicação em títulos de capitalização da empresa Icatu Capitalização S.A.

(b) Compra de ações ordinárias e debêntures para diversificação dos investimentos e aumento de ganho real na rentabilidade

Composição dos investimentos detidos em ações pela Companhia:

Investida	<u>Modalidade</u>	31/12/2022	31/12/2021
Vale S.A.	Debêntures	1.003	1.324
Bradesco	Ações	132	149
Vale S.A.	Ações	27	22
		1.162	1.495

M. A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Créditos a receber

	31/12/2022	31/12/2021
Mensalidade (a)	33.555	27.283
Acordos (b)	4.344	5.350
Outros (c)	13.728	9.641
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(27.768)	(25.174)
	23.859	17.100
Clientes diversos (d)	2.371	1.772
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(366)	(366)
	2.005	1.406
	25.864	18.506

- (a) Refere-se a mensalidades escolares registradas pelo valor faturado, de acordo com contrato de prestação de servico.
- (b) Renegociação de mensalidades em atraso com vencimentos repactuados pela central de cobrança.
- (c) Saldo a receber de operadoras de cartão.
- (d) Saldo a receber por aluguel de imóveis, locação de espaços, cantinas e demais operações.

A composição por idade dos saldos de créditos a receber segue abaixo:

	31/12/2022	%	31/12/2021	%
A vencer – Acordos	411	1%	1.019	3%
Vencido até 30 dias	3.411	9%	2.612	8%
Vencido de 31 a 60 dias	1.735	5%	1.256	4%
Vencido de 61 a 90 dias	1.518	4%	1.016	3%
Vencido de 91 a 180 dias	3.930	10%	2.687	8%
Vencido de 181 a 360 dias	5.060	13%	3.528	11%
Vencido há mais de 360 dias	21.834	58%	20.515	63%
	37.899	100%	32.633	100%

(a) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de créditos a receber da Entidade são as seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(25.540)	(30.089)
(Provisão) Reversão	(2.595)	4.549
Saldo final	(28.134)	(25.540)

7. Adiantamentos diversos

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento de férias	3.478	2.716
Adiantamento de viagem	78	32
Adiantamento de fornecedor	2.747	407
Adiantamento de salário	821	567
	7.124	3.722

f/4 \ A

20

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Outros créditos

	31/12/2022	31/12/2021
Títulos a receber - Imóveis (a)	373	848
Tributos a recuperar	18	4
Cheque	-	67
Outros	234	12
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(58)	(58)
	567	873

(a) Saldo remanescente referente a venda de edificação, em 2011, situado na avenida Ruy Barbosa, na cidade de Recife-PE, para a empresa Plus Car Veículos.

9. Partes relacionadas

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas		
União Brasileira de Educação e Ensino (b)	14.670	12.531
	14.670	12.531
Ativo		
Contrato de mútuo (a)	56	10.241
União Brasileira de Educação e Ensino (b)	207	-
	263	10.241
Passivo		
Rateio de gastos com folha de pagamento (b)	(1.233)	-
Outras despesas (c)	` <u>-</u>	(306)
, ,,	(1.233)	(306)
Ativo (passivo), líquido	(970)	9.935

- (a) As transações registradas como partes relacionadas ocorrem entre a UNBEC e a UBEE, entidades que compõem a Província Marista Brasil Centro-Norte. O contrato de mútuo formaliza as operações de pagamentos realizados entre as Entidades para cobrir necessidade de capital de giro, sendo o mutuário remunerado a 1% de juros ao mês com um prazo de 12 meses, podendo ser prorrogado, mediante prévio acordo entre as partes.
- (b) Rateio de gastos com pessoal, incluindo encargos e benefícios do pessoal chave da Entidade, referentes aos serviços compartilhados. Os serviços compartilhados têm o objetivo de aumentar a eficiência administrativa das partes concentrando serviços administrativos e de apoio na Entidade. Os principais serviços compartilhados são relativos às áreas de tecnologia da informação, área de RH, área jurídica, área de compras e áreas pertencentes a diretoria financeira. As transações são realizadas com base em custos incorridos, sem remuneração adicional.
- (c) Ressarcimento de gastos incorridos com eventos e treinamentos entre as unidades da UBEE e UNBEC. As transações são realizadas com base em custos incorridos, sem remuneração adicional.

St. A

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Propriedade para investimento

Adições	31/12/2021	Baixas 31/12/2021	Adições Baixas 31/12/2021
66 7.500	48.1	- 48.1	48.1
	8)	- (8	•
39.973 7.196	36	36	(303) - 36

A administração da Entidade avaliou o uso de bens terrenos e edificações mantidos no ativo imobilizado em que foi concluído, e que referem-se à bens que não estão em uso, e sua destinação é para renda ou venda. A média de vida útil considerada para os cálculos de depreciação é de 21,4 anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

			31/12/2022				31/12/2021	
Descrição	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação	Valor líquido	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação	Valor líquido
Terrenos		89.329	•	89.329		82.345		82.345
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,99%	144.610	(59.733)	84.877	2,99%	150.531	(62.984)	87.547
Máquinas e equipamentos	10,00%	10.596	(5.818)	4.778	10,00%	9.547	(5.072)	4.475
Veículos		354	(624)	(270)	•	497	(623)	(126)
Móveis e utensílios	%68'6	7.148	(5.214)	1.934	%68'6	6.439	(4.819)	1.620
Móveis escolares	10,00%	7.478	(2.418)	2.060	10,00%	5.518	(1.934)	3.584
Equipamentos de informática	20,00%	11.465	(6.322)	5.143	20,00%	9.784	(4.292)	5.492
Obras em andamento (a)		51.119	•	51.119	•	10.289	•	10.289
Direito de uso de ativos (arrendamentos)	13,78%	13.817	(4.486)	9.331	13,78%	13.857	(2.437)	11.420
Redução a valor Recuperável								
(Impairment) (b)		(9.245)	•	(9.245)	•	(2.382)	•	(2.382)
		326.671	(84.615)	242.056	•	286.425	(82.161)	204.264

operacionais. As obras de construção e ampliação da Unidade de Natal são as que tem o maior gasto. A previsão para de conclusão das obras em curso é no final do ano de 2023. A Entidade realizou gastos com a expansão de áreas voltadas a prestação de ensino básico, sendo executadas com recursos próprios, obtidos por meio das atividades (a)

Provisão para impairment reconhecida no exercício de 2018 conforme resultado dos laudos de avaliações dos imóveis, seguindo o método do valor justo aplicado pela empresa contratada, especializada em engenharia de avaliações. **a**

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado--Continuação

Teste de impairment sobre os ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não financeiros, inclusive os ativos intangíveis, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Em relação ao teste de *impairment*, este deverá ser aplicado, apenas, quando fatores conjunturais (fatos relevantes) indicarem a necessidade de redução do valor recuperável dos ativos. O fato da Entidade possuir uma equipe técnica de engenharia constitui um facilitador para esse tipo de trabalho, justamente, pelo envolvimento destes profissionais na operação das unidades, que fazem o acompanhamento rotineiro de todos os imóveis lotados na operação ou não disponíveis para venda.

Nenhum bem imóvel da Instituição teve sinalização de que o valor econômico (de mercado) estivesse inferior ao valor, contabilmente registrado ou, valorizações que pudesse alterar percentuais de depreciações sobre vida útil remanescente (valor residual). Não houve indícios de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na data das demonstrações financeiras.

A movimentação do ativo imobilizado segue abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Em 1º de janeiro	204.264	199.752
Adição	51.352	5.496
Baixas	(1.573)	(541)
Depreciação	(11.987)	(10.589)
Outros ajustes	-	10.146
Em 31 de dezembro	242.056	204.264

Direito de uso (Arrendamentos)

Os ativos de direito de uso da Entidade são representados pelo aluguel de salas corporativas, com prazo contratual de 3 anos, além do prédio para as instalações do Colégio Marista Águas Claras – DF, com prazo contratual de 10 anos.

(i) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial

O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos de direito de uso Edificações	9.331	11.420
Passivos de arrendamentos		
Circulante	3.039	2.486
Não circulante	8.577	9.638
	11.616	12.124

(ii) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	31/12/2022	31/12/2021
Depreciação dos ativos de direito de uso (incluído em custos e despesas)		
Edificações	2.200	1.042
Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras)	1.329	1.237
	3.529	2.279

24

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado--Continuação

Direito de uso (Arrendamentos)--Continuação

Os pagamentos de arrendamentos em 2022 totalizaram R\$ 3.222 (R\$ 3.174 em 2021).

A movimentação dos ativos e passivos de arrendamento é apresentada a seguir:

Ativos de direito de uso

Saldo em 1º de janeiro de 2022	11.420
Adição por novos contratos ou remensurações	1.385
Despesa de amortização	(2.200)
Baixas	(1.274)
Saldo dos ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2022	9.331
Movimentação – Passivo de arrendamento Saldo em 1º de janeiro de 2022	12.124
Adição por novos contratos ou remensurações	1.385
Juros provisionados	1.329
Pagamentos	(3.222)
Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2022	11.616

12. Intangível

	Taxa média anual de amortização	31/12/2022	31/12/2021
Licença de uso de software Carteiras de alunos (-) Amortização acumulada software (-) Amortização carteira de alunos	22,99% 8,0%	2.909 4.382 (2.106) (2.416) 2.769	2.437 4.382 (1.479) (2.066) 3.274
A movimentação do ativo intangível é cor	no segue:		
		31/12/2022	31/12/2021
Em 1º de janeiro Adição Amortização		3.274 472 (977)	3.815 438 (979)
Em 31 de dezembro		2.769	3.274

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Prestadores de serviço	3.350	1.661
Fornecedor de Produtos / Materiais (a)	11.295	3.206
Concessionárias	133	149
(-) Ajuste a valor presente (a)	(604)	-
	14.174	5.016
Circulante	11.124	5.016
Não circulante	3.050	-

⁽a) Valor dos juros a incorrer sobre o saldo a pagar de R\$ 6.100, na operação de recompra do imóvel, situado em Fortaleza - CE, da IREP – Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. A transação foi realizada no mês de julho/2022 e reconhecida a valor presente utilizando à taxa de desconto de 12,01% a.a. O saldo a pagar foi dividido em 30 (trinta) parcelas corrigidas monetariamente pela variação anual do IPCA/IBGE.

14. Salários e encargos sociais

	31/12/2022	31/12/2021
Salários e ordenados (a)	5.032	4.436
INSS funcionários	891	755
IRRF sobre folha pagamento	1.935	1.518
FGTS	1.015	851
Outros passivos de folha	59	18
·	8.932	7.578

⁽b) Salário a pagar referente ao período trabalhado de dezembro de 2022 com pagamento previsto para janeiro de 2023.

15. Provisões de férias e encargos

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões para férias	8.860	8.077
Provisões de FGTS sobre férias	712	650
	9.572	8.727

fly A

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Arrendamentos a pagar

Modalidade 31/12/2022		31/12/2021
Imóveis arrendados	16.444	17.906
Equipamentos de informática	176	176
Juros a incorrer	(5.004)	(5.958)
	11.616	12.124
Circulante	3.039	2.486
Não circulante	8.577	9.638

As obrigações com arrendamento financeiro apresentam os seguintes prazos de vencimento:

Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos		
mínimos de arrendamento	31/12/2022	31/12/2021
Menos de um ano	1.925	2.100
Mais de um ano e menos de cinco anos	10.325	10.500
Mais de cinco anos	4.370	5.482
	16.071	18.082
Encargos financeiros futuros sobre arrendamentos financeiros	(5.004)	(5.958)
	11.616	12.124

A propriedade é a própria garantia do arrendador uma vez que, na falta de pagamento, o bem arrendado reverte ao arrendador.

17. Tributos e encargos a recolher

	31/12/2022	31/12/2021
Tributos a recolher de terceiros	191	98
ISS a recolher	137	50
Parcelamento INSS (a)	3.068	3.505
Parcelamento IRRF (b)	463	534
• •	3.859	4.187
Circulante	1.177	930
Não circulante	2.682	3.257

 ⁽a) Parcelamento em 120 meses de débitos referentes a INSS sobre folha de pagamento. Em 2017 ocorreu a consolidação dos parcelamentos desse tributo que estavam inscritos na Previdência Social e Procuradoria de Fazenda Nacional.
 Do total do parcelamento já foram pagas 71 parcelas.

fly A

⁽b) Parcelamento em 120 meses de débitos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) que estavam inscritos na Receita Federal e Procuradoria de Fazenda Nacional. Do total do parcelamento já foram pagas 63 parcelas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Outras contas a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
Cooperativa Marista (a)	357	318
Outras contas a pagar	43_	30
	400	348

⁽a) A COOMAR é uma cooperativa de crédito destinada aos colaboradores da UNBEC, onde o saldo apresentado no quadro acima refere-se ao repasse dos valores descontados em folha dos colaboradores associados.

19. Adiantamentos de mensalidades

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento de mensalidades (a)	20.744	15.722
	20.744	15.722

⁽a) Referem-se às mensalidades escolares recebidas antecipadamente, que serão apropriadas ao resultado do exercício seguinte, de acordo com o ano letivo escolar. O incremento do saldo no exercício é decorrente das captações de novos alunos para 2023 que pagaram antecipadamente a matrícula para garantia da vaga.

20. Receita diferida

	31/12/2022	31/12/2021
Outras receitas diferidas	224	113
	224	113

21. Provisões para demandas judiciais

Cíveis Fiscais Trabalhistas Total das provisões	31/12/2021 1.457 152 1.334 2.943	Constituição 398 - 116 514	Pagamentos (1.307) - - (1.307)	Reversão (278) - (433) (711)	31/12/2022 270 152 1.017 1.439
Depósitos judiciais	31/12/2021 191	Constituição 11	Pagamentos -	Reversão -	31/12/2022 202
Saldo das provisões	2.752	503	(1.307)	(711)	1.237

M. A

28

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Provisões para demandas judiciais--Continuação

Risco possível

	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis (a)	3.122	3.347
Fiscais – tributárias (b)	2.100	90.101
Trabalhistas (c)	2.132	2.688
	7.354	96.136

- (a) Decorrem substancialmente de processos judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros. As principais demandas envolvem pleitos indenizatórios.
- (b) Referem-se, em quase sua totalidade, a processos judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por fazendas municipais e federal. As principais demandas envolvem questões relativas à imunidade tributária que a instituição faz jus.
- (c) São decorrentes, essencialmente, de processos judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e exfuncionários. As principais reclamações são de verbas trabalhistas, hora extra e pleitos indenizatórios.

22. Patrimônio líquido

O patrimônio social da Entidade é empregado integralmente nos objetivos sociais da Entidade e formado pelo superávit e/ou déficits acumulados, além dos bens e direitos adquiridos ou recebidos em doação.

fly A

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Receita operacional liquida

	2022	2021
Receita operacional bruta		
Anuidades escolares sem gratuidades (a)	312.734	275.138
Anuidades escolares com gratuidades (b)	27.243	22.908
Outras receitas educacionais (c)	11.597	4.996
Outras receitas operacionais (d)	303	17
	351.877	303.059
Deduções da receita		
Impostos sobre a receita bruta (e)	-	(3)
Descontos comerciais (f)	(16.756)	(19.095)
Descontos pandemia Covid-19 (g)	-	(359)
Descontos institucionais (h)	(331)	(282)
Bolsas de estudo convenção coletiva (h)	(17.412)	(14.958)
Gratuidades bolsas de estudos parciais lei 12.101/2009 (i)	(484)	(675)
Gratuidades bolsas de estudo integrais lei 12.101/2009 (i)	(33.602)	(29.549)
	(68.585)	(64.921)
Receita operacional líquida	283.292	238.138

- (a) As receitas da Entidade oriundas de atividades fins, conforme estatuto social, são mensuradas pelo valor da contraprestação recebida ou a receber, baseada na planilha de custo educacional (Lei nº 9.870/99) e formalizado pelos contratos de prestação de serviços educacionais.
- (b) Registro do valor das mensalidades ofertadas pela Entidade por meio de gratuidades sociais (Nota Explicativa 29). O montante registrado neste item não agrega saldo no resultado operacional líquido, pois o valor é totalmente deduzido nas contas de gratuidades com bolsas de estudos.
- (c) Ampliação dos serviços extracurricular ofertado nas unidades educacionais, tais como os centros de línguas ID Marista, e escolinhas de artes e esportes.
- (d) Resultado obtido com a venda de uniformes escolares pelas Lojas Like.
- (e) Impostos incidentes sobre vendas de uniformes pelas Lojas Like
- (f) Montante de descontos ofertado pelas unidades educacionais de acordo com as políticas de desconto vigentes e orçamento aprovado pela Administração.
- (g) No que se refere aos descontos concedidos ao longo do ano de 2021, foi utilizado o critério de análise e deliberação de caso a caso, não aplicando descontos lineares, exceto quando por força de decreto.
- (h) Bolsa de estudos concedidas a professores e demais classes vinculadas a sindicatos com o benefício previsto em convenção coletiva
- (i) Gratuidades concedidas na forma da lei nº 12.101/09 (Nota Explicativa 29).

// A

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados são constituídos dos gastos com pessoal, energia, água, depreciação e amortização de bens das unidades escolares. Demonstramos a sua composição conforme a seguir:

	2022	2021
Custo com pessoal	(158.272)	(139.004)
Outros custos dos serviços	(7.013)	(4.604)
Depreciação e amortização	(7.206)	(5.173)
	(172.491)	(148.781)

25. Despesas gerais e administrativas

	2022	2021
Despesa com vendas	(2.065)	(1.607)
Despesa com pessoal (a)	(14.671)	(13.445)
Despesa com serviços de terceiros	(8.930)	(7.830)
Despesa com utilidades e comunicações	(15.935)	(12.123)
Despesa com tecnologia	(1.673)	(1.502)
Despesa com impostos e taxas	(2.447)	(1.662)
Despesa com conservação e manutenção	(6.944)	(5.119)
Despesas com (provisões) reversão de créditos a receber	(2.595)	3.000
Outras despesas gerais	(5.913)	(5.381)
Depreciações e amortizações	(6.062)	(6.567)
	(67.235)	(52.236)

⁽a) Despesa com salários e encargos dos colaboradores não ligados diretamente às unidades educacionais.

26. Outras despesas operacionais, líquidas

	2022	2021
Outras receitas		
Receita na venda do imobilizado	-	66
Renda de bens patrimoniais (a)	1.365	591
Receita com teatros e ginásios	4	104
Receitas com patrocínios	57	96
Receitas com eventos	800	14
Receitas com royalties (b)	371	353
Outras receitas	179	156
Total outras receitas	2.776	1.380
Outras despesas		
Despesa comunidade religiosa	(3.030)	(2.383)
Provisões para contingências	197	(596)
Perdas de imobilizado	(1.573)	(95)
Outras despesas	(2.366)	(1.541)
Perdas com baixa de recebíveis	(2.453)	(6.647)
Outras perdas	-	(399)
Total outras despesas	(9.225)	(11.661)
Outras despesas operacionais, liquidas	(6.449)	(10.281)

⁽a) Receita com o aluguel de bens patrimoniais e espaços das próprias unidades educacionais para atividades culturais e lanchonetes.

31

⁽b) Receitas obtidas com a marca Marista.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Resultado financeiro, líquido

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	11.227	3.953
Juros e multas cobradas	2.402	3.651
Descontos obtidos	25	26
Variação monetária ativa	528	460
Variação de ajuste a valor justo	38	_
Ajuste a valor presente	604	_
Juros cobrados sobre mútuos	401	1.164
	15.225	9.254
Despesas financeiras		
Juros e multas pagas	(332)	(116)
Encargos sobre empréstimos financiamentos	` <u>-</u>	`(79)
Taxas bancárias	(428)	(540)
Descontos concedidos	(1.171)	(3.455)
Encargos sobre parcelamentos	(309)	(108)
Encargos sobre mútuo	(304)	-
Variação de ajuste a valor justo	(371)	(364)
Outros encargos/juros	(1. ` 459)	(1.237)
	(4.374)	(5.899)
Resultado financeiro, líquido	10.851	3.355

28. Isenções usufruídas (imunidade tributária)

	2022	2021
Despesas isenções usufruídas		
Isenção cota patronal - INSS	(23.503)	(21.131)
Isenção terceiros - INSS	(5.304)	(4.768)
Isenção SAT - INSS	(1.179)	(1.060)
Total de despesas com isenções usufruídas	(29.986)	(26.959)
Receitas isenções usufruídas		
Isenção cota patronal - INSS	23.503	21.131
Isenção terceiros - INSS	5.304	4.768
Isenção SAT - INSS	1.179	1.060
Total de receitas com isenções usufruídas	29.986	26.959

29. Gratuidades através de bolsas de estudo

Conforme citado no item 1.1, a UNBEC é imune à incidência de impostos sobre sua renda, patrimônio e serviços, por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C"; e às contribuições sociais, por força do artigo 195, § 7°; todos da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

A UNBEC é uma entidade beneficente de educação, possui CEBAS - Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social e cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, fazendo jus à imunidade de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal.

M. A

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Gratuidades através de bolsas de estudo--Continuação

(a) Demonstrativo do cumprimento do mínimo de bolsas integrais

A Entidade oferece bolsas educacionais para alunos socioeconômico, seguindo os critérios previstos na Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021. Na concessão de bolsas educacionais a Entidade utiliza o seguinte critério de renda:

A bolsa de estudo integral e concedida ao aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 1,5 (um e meio) salários-mínimos.

A bolsa de estudo parcial é concedida ao aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 3 (três) salários-mínimos.

Em atendimento ao artigo 20 da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, a Entidade concedeu pelo menos 1 bolsa integral para cada 5 estudantes pagantes no ano de 2022.

Além disso, durante a concessão de Bolsa Social de Estudos os alunos das Escolas Sociais foram beneficiados pelo Programa de Apoio ao Aluno Bolsista - PAAB, que consiste na oferta de livros didáticos, uniformes/fardamentos e alimentação fornecida no espaço escolar, estruturado de acordo com a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021. O PAAB tem como objetivo a concessão de benefícios materiais de estudo aos educandos matriculados na unidade, favorecendo assim o sentimento de pertença, a permanência e o sucesso escolar.

Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021 - Portaria Normativa MEC nº 15 de 2017

	2022	2021
Total de alunos matriculados (a)	18.592	18.183
Alunos bolsa integral (Art. 20, Lei Complementar nº 187/2021)	2.996	2.830
Alunos bolsa integral e com deficiência (Art. 20, §3°, Lei Complementar nº 187/21)	-	-
Alunos bolsa integral e em tempo integral (Art. 20, §3°, Lei Complementar nº 187/21)	-	_
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	-	-
Alunos bolsa integral (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	-	-
Número total de alunos com bolsa integral (Lei Complementar nº 187/2021) (b)	2.996	2.830
Outras bolsas integrais (b) (¹)	872	796
Outros descontos integrais	-	34
Alunos matriculados em cursos que não sejam de graduação ou sequencial de		
formação específica regulares (c)	-	-
Alunos inadimplentes (d) (²)	290	293
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d)	14.434	14.230
Alunos bolsa parcial de 50% (Art. 20, §1°, II, Lei Complementar nº 187/21) (e)	43	35
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	-	-
Alunos bolsa parcial de 50% (Pós-graduação strictu sensu)	-	-
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (Art. 20, §1º, II, Lei Complementar		
nº 187/21)	43	35
Alunos beneficiados pelo programa complementar (art. 19, §4º, Inciso I Lei		
Complementar 187/21) (³)	95	-
Número total de bolsas integrais equivalentes	3.113	2.864
Outras bolsas parciais	-	-
Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo	Art. 13	Art. 13
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (Educação Superior sem Prouni 1/4)	Atendido	Atendido
Quantidade mínima de bolsas 1/9	Atendido	Atendido

(¹) O Artigo 24 caput, da lei complementar 187/21, exclui do cômputo de alunos pagantes os beneficiados com bolsas de estudo integrais nos termos do inciso I do § 1º do art. 20 e com outras bolsas integrais concedidas pela entidade. No caso da UNBEC foram concedidas bolsas integrais por força de Convenção Coletiva de Trabalho ou Descontos Integrais, conforme política de descontos institucionais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Gratuidades através de bolsas de estudo--Continuação

(a) Demonstrativo do cumprimento do mínimo de bolsas integrais--Continuação

- (²) Artigo 24, §2º da lei complementar 187/21. Não se consideram alunos pagantes os inadimplentes por período superior a 90 (noventa) dias cujas matrículas tenham sido recusadas no período letivo imediatamente subsequente ao inadimplemento.
- (3) Para a conversão do benefícios complementares em bolsa social foi considerado:
 - Montante dos custos realizados pela entidade com os benefícios complementares R\$ 1.629.084,86;
 - Receita Bruta anual de Mensalidades R\$ 311.114.411.04:
 - Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes 18.302;
 - Valor de referência utilizado para conversão dos benefícios complementares: R\$ 16.998,93 (311.114.411,04 ÷ 18.302);
 - Bolsas integrais convertidas em benefícios complementares: 95,8 (1.629.084,86 ÷ 16.998,93).

(b) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

A Entidade é portadora de Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos (atualmente denominado CEBAS), emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) em 21/05/1999, que assegurou a validade do Certificado concedido pelo Processo nº. 43.765/67, em 27/06/1967, por ter sido renovado através da Resolução CNAS n. 123, de 20 de maio de 1999, publicada no Diário Oficial da União de 21 de maio de 1999, Seção I, julgando o processo nº 44006.003572/97-53, e aprovações posteriores. Após sucessivas renovações, em 2009 requereu no CNAS a renovação do CEBAS conforme protocolo nº 71010.005243/2009-18, de 30/11/2009 que, conforme nova legislação, foi encaminhado o processo de renovação ao Ministério da Educação (MEC), Ministério competente pela nova certificação, nos termos da Lei nº 12.101/2009 (DOU 30/11/2009), para emissão de renovação do CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social. Referido processo teve o certificado CEBAS deferido, por meio da Portaria nº 618, de 13/09/2018. Consta registrado no MEC de que a Entidade requereu a renovação do CEBAS, por meio do processo protocolado tempestivamente sob nº 23000.000604/2017-16, em 19/02/2014, o qual se encontra em análise. Consta ainda registro dos processos protocolados sob nº 23000.048916/2017-01 e 23000.030728/2020-13, os quais encontram-se no aguardo de análise. Desta forma, nos termos da legislação vigente, a Entidade possui certificado ativo.

Os processos protocolizados asseguram a validade do Certificado e da Certidão de Fins Filantrópicos até a conclusão de análise dos mesmos, conforme disposto no artigo 37, §2º da Lei complementar 187/21 e no Decreto 8.242, de 23 de maio de 2014, no caput do art. 8º e no seu § 1º, motivo pelo qual nenhuma provisão foi efetuada nas demonstrações financeiras referentes às isenções patronais usufruídas no exercício, nos termos do §7º, art. 205 da Constituição Federal.

(c) Gasto com pessoal docente e técnico administrativo

Em atendimento ao disposto na alínea c, inciso III, do art. 12, da Instrução Normativa nº 113/98, da Secretaria da Receita Federal, que determina a aplicação de pelo menos 60% da receita líquida, a Entidade destinou, em 2022, 61,05% da receita obtida com prestação de serviços, em despesas com pessoal docente e técnico administrativo, conforme demonstrado a seguir:

	2022	
Receita operacional bruta	379.444	
Descontos nas anuidades e nas bolsas de estudo	(111.233)	(
Base de cálculo	268.211	
Custo com pessoal docente	123.804	
Despesas com pessoal técnico administrativo	67.845	
Total dos gastos com pessoal	191.649	
Percentual aplicado	61.05%	

 \mathcal{A}

2021 397.800 (107.860) 289.940 142.092 87.545 229.637 64,02%

34

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Demonstração de resultado conforme orientação portaria 15 do MEC

	Nota explicativa	2022	2021
Receita bruta de educação Mensalidade de alunos pagantes Mensalidades concedidas em bolsa de estudos Outras receitas serviços educacionais Outras receitas operacionais	23	312.734 27.243 11.597 303	275.138 22.908 4.996 17
(-) Deduções da receita bruta de educação Impostos sobre receita bruta Descontos comerciais Descontos institucionais Bolsas de estudo convenção coletiva Gratuidades bolsas de estudos parciais lei 12.101/2009 Gratuidades bolsas de estudo integrais lei 12.101/2009	23	(16.756) (331) (17.412) (484) (33.602)	(3) (19.454) (282) (14.958) (675) (29.549)
(=) Receita líquida	•	283.292	238.138
(-) Custo dos serviços prestados Custo com pessoal Outros custos dos serviços Depreciação e Amortização	24	(158.272) (2.025) (7.206)	(139.004) (4.604) (5.173)
(=) Resultado operacional bruto		115.789	89.357
Despesas operacionais /Outras com educação Gerais e administrativas Outras despesas operacionais, líquidas	25 26	(73.530) (5.142)	(52.236) (10.281)
Superávit antes do resultado financeiro		37.117	26.840
(+/-) Resultado financeiro Receitas financeiras Despesas financeiras Resultado financeiro líquido	27 27	15.225 (4.374) 10.851	9.254 (5.899) 3.355
(+/-) Isenções usufruídas Receitas isenções usufruídas Despesas isenções usufruídas	28 28	29.986 (29.986)	26.959 (26.959)
(=) Superávit do exercício	=	47.968	30.195

A demonstração de resultado apresentada baseou-se no modelo da portaria 15/2017 emitida pelo Ministério da Educação (MEC), cabe salientar que por se tratar de um modelo a Entidade necessitou adaptar certos itens a este, mas a essência, bem como os itens intrínsecos foram mantidos, não obstante todos os itens listados estão apresentados em notas explicativas contemplando maior riqueza de detalhes e em conformidade com as normas contábeis vigentes.

A UNBEC é portadora de Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos (CEBAS) e tem como atividade preponderante Educação básica, diante disso não aplicou em seus demonstrativos valores com assistência social e saúde.

M. A

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento dos riscos associados

31.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Entidade estão compreendidos principalmente pelas contas-correntes bancárias e pelos saldos de aplicações financeiras, classificados como valor justo por meio de resultado; e os créditos a receber e empréstimos e financiamentos, classificados como custo amortizado. A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos.

31.2 Gestão de risco

A gestão de risco é realizada pelo setor Financeiro da Entidade, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor Financeiro da Entidade identifica, avalia e protege contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- . Risco de liquidez
- . Risco de crédito
- . Risco de taxa de juros

(a) Risco de liquidez

É o risco de a Entidade não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

-	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e três anos	Acima de três anos
Em 31 de dezembro de 2022	0.000	4.000		
Fornecedores	9.288 778	4.886	-	4.055
Parcelamentos (a)		849	849	1.055
Total =	10.066	5.735	849	1.055
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores	5.016	-	-	-
Parcelamentos (a)	-	782	1.484	1.773
Total	5.016	782	1.484	1.773

a) Resultante das atualizações de todos os parcelamentos (Federais, Estaduais e Municipais).

(b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade, representados principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e outros créditos.

f/. 1 (#

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento dos riscos associados--Continuação

31.2 Gestão de risco--Continuação

(c) Risco de taxas de juros

Representa o risco da Entidade à exposição de taxa de juros, principalmente relacionados aos empréstimos financiamentos contraídos junto a instituições financeiras.

A Administração estima que pela característica dos encargos contratuais pactuados atrelados ao cenário projetado de oscilação das taxas de juros da economia, não há volatilidade considerada relevante. Para as aplicações financeiras, cujos rendimentos são atrelados à taxa de juros, a estimativa também é a de que não haja oscilação relevante de acordo com as projeções, haja visto que estão atrelados a opções de renda fixa com baixa grau de risco.

32. Pandemia coronavírus (Covid-19)

Desde 2020, o Marista Centro-Norte vem acompanhando os impactos no cenário mundial decorrentes da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), e adequando seus processos e serviços para melhor atender seu público interno e externo.

O Marista Centro-Norte buscou minimizar riscos sem deixar de atender aos seus alunos e clientes, ainda que alguns aspectos tenham impactado as atividades da Entidade no período, como o aumento no prazo médio dos recebimentos, trazendo a necessidade de monitoramento da arrecadação diária e acompanhamento da inadimplência.

A Entidade tem mantido as medidas de segurança recomendadas pelas autoridades de saúde e diante da nova variante Ômicron, para tanto, reforçou as medidas de enfrentamento a Covid.

Através de comunicados a Gerência de Gente e Gestão, em conformidade com a Portaria nº 14/2022 – MTP/MS que versa sobre prevenção, controle e mitigação do coronavírus, enviou comunicado aos colaboradores do Escritório Central, com a solicitação da obrigatoriedade do uso da máscara no local de trabalho. A recomendação aos colaboradores da rede é o uso da máscara, higienização das mãos com álcool em gel ou água e sabão e vacinação contra gripe e Covid, inclusive as doses de reforço.

Brasília, 19 de abril de 2023.

Diretor-PresidenteJosé de Assis Elias de Brito

Diretor-Tesoureiro José Augusto Júnior

Responsável técnico

Jorge Roberto Albuquerque Roque Contador - CRC-PE - Nº 009392/O-T-DF

fly A